



RESOLUÇÃO

A Região de Setúbal, ao longo de mais de três décadas, tem tido no Poder Local Democrático um instrumento fundamental para o seu desenvolvimento, para a elevação das condições de vida das suas populações, para a qualificação do território, para a promoção da coesão social, económica e cultural, para o estímulo à participação popular e democrática na resolução dos problemas existentes.

Poder Local Democrático que, apesar dos condicionalismos criados pela inexistência em concreto de Regiões Administrativas, foi capaz de operar profundas transformações no País e na Região, democratizando e descentralizando o investimento público, nasceu com a Revolução de Abril e foi consagrado na sua Constituição, sendo caracterizado pela existência de autarquias locais que integram a organização democrática do Estado, dotadas de órgãos deliberativos e executivos, plurais e colegiais, representativos das populações, eleitos por sufrágio directo e universal, com atribuições, competências, património, finanças e quadro de pessoal próprios.

É este Poder Local, autónomo e democrático, com capacidade criadora e concretizadora, que os eleitos nas autarquias locais da Região de Setúbal entendem ser necessário defender e valorizar perante os desafios com que está confrontado.

No momento em que se realiza este Encontro, sob o lema **“Defender e Valorizar o Poder Local Democrático”**, reunindo o conjunto dos eleitos nos órgãos das autarquias locais da Região de Setúbal, o País e os Portugueses são vítimas de uma grave crise económica, financeira e social.

Na Região, a estagnação da actividade económica; a falência de empresas (em especial, micro, pequenas e médias); o desemprego; a precariedade; o encerramento de serviços públicos da Administração Central, designadamente nas áreas da saúde e da educação; o aumento do custo de vida; o empobrecimento generalizado dos trabalhadores constituem factores de forte perturbação da vida das nossas comunidades que tornam indispensável assegurar as condições para a prestação de um serviço público autárquico que responda às necessidades das populações quando, simultaneamente, diminuem drasticamente os

recursos para dar resposta a todas as solicitações nas múltiplas áreas de intervenção do Poder Local.

É neste contexto que aos eleitos locais da Região de Setúbal está colocado o problema de saber como enfrentar esta crise e as políticas de austeridade, continuando a promover o desenvolvimento dos territórios e o bem-estar das populações, contribuindo para a superação das dificuldades nacionais, afirmando-se como agentes da mudança necessária.

Nesse sentido, os eleitos locais da Região de Setúbal resolvem continuar a:

1. Defender e Valorizar o Poder Local Democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa do Portugal de Abril;
2. Defender e Valorizar o carácter representativo e transparente do Poder Local legitimado democraticamente pelo voto popular;
3. Defender e Valorizar a autonomia do Poder Local Democrático;
4. Defender e Valorizar todas as autarquias desta Região, sublinhando o papel que desempenham até hoje no desenvolvimento deste território, reafirmando a necessidade de todas elas continuarem a prestar um serviço público cada vez mais qualificado;
5. Defender e Valorizar a importância de investimentos públicos da responsabilidade da Administração Central pela sua relevância nacional e regional;
6. Defender e Valorizar, nos termos da Constituição, a importância da justa participação, por direito próprio, das autarquias locais nas receitas do Estado e uma Lei de Finanças Locais que garanta um Poder Local com recursos adequados para fazer face às suas atribuições e competências;
7. Defender e Valorizar os serviços públicos autárquicos prestados às populações e aos agentes de desenvolvimento, enquanto instrumentos de progresso;
8. Defender e Valorizar o emprego público autárquico, exigindo estabilidade, segurança e uma justa retribuição para todos aqueles que nas autarquias locais desta Região dignificam o serviço público e colocam o seu esforço e o seu saber ao serviço da comunidade;
9. Defender e Valorizar a importância do envolvimento das populações na defesa do Poder Local Democrático, dos serviços públicos e da sua qualidade e nível de vida.
10. Defender e Valorizar o associativismo autárquico como expressão da capacidade de promoção e concertação de estratégias, projectos e acções entre entidades autárquicas, com vista à prossecução de interesses comuns.

11. Defender e Valorizar o conjunto de acções e tomadas de posição dos órgãos autárquicos e dos seus eleitos que promovam o esclarecimento e afirmem o Poder Local Democrático.

Defendendo e valorizando estas realidades, considerando que sem crescimento económico e sem desenvolvimento social não haverá saída para o período que estamos a viver, os eleitos nos órgãos das autarquias locais da Região de Setúbal pretendem uma vez mais, afirmar o seu compromisso com as populações e ser parte das soluções para superar o actual quadro das graves dificuldades com que está confrontado o Poder Local.

Os eleitos nas autarquias da Região presentes no Encontro **“Defender e Valorizar o Poder Local Democrático”**, face à gravidade do momento que se vive e às exigências que recaem sobre as autarquias, pretendem aprofundar este debate nos órgãos próprios dos Municípios e Freguesias e em iniciativas promovidas pela AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal e Delegação Distrital da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, em tempo que permita uma reflexão susceptível de encontrar as melhores soluções com a participação e envolvimento das populações, em nome do Portugal de Abril, do desenvolvimento, bem-estar económico e social e cidadania.

Seixal, 19 de Novembro de 2011

